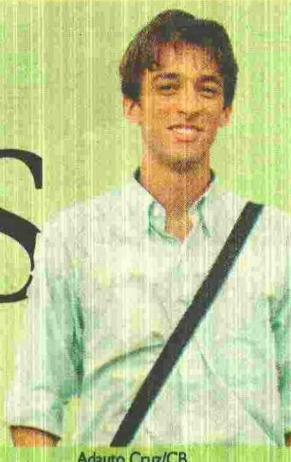


21 CIDADES



EDUCAÇÃO

Pesquisa sobre os 10 anos do PAS mostra que a maioria dos candidatos selecionados para a UnB estudou em escola particular. Para Aloísio Barbosa de Sousa Neto (foto), o programa faz os alunos se dedicarem mais. "Minhas notas no colégio melhoraram."

PÁGINA 26

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 12 DE DEZEMBRO DE 2006

Editora: Samanta Sallum //

Subeditores: Ana Paixão, Carlos Tavares,

Roberto Fonseca, Rovênia Amorim

e Valéria de Velasco

Coordenadora: Tais Braga //

tais.braga@correio.com.br

E-mail: cidades@correio.com.br

Tels. 3214-1180 • 3214-1181

Fax: 3214-1185

URBANISMO DF-Brasília

Ibama concede a primeira das três licenças ambientais da área, prevista para abrigar 40 mil moradores na Asa Norte. Com isso, Terracap está autorizada a produzir o projeto urbanístico do empreendimento

O início do Noroeste

LUÍSA MEDEIROS
DA EQUIPE DO CORREIO

A criação do Setor Habitacional Noroeste foi liberada ontem pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Quase duas décadas depois dos primeiros debates sobre o surgimento do novo bairro da capital, o órgão concedeu a primeira licença do terreno de 825 hectares, localizado no final da Asa Norte. O documento atesta a viabilidade ambiental da obra e autoriza o governo local a contratar uma empresa para fazer o projeto urbanístico da mais esperada área residencial de Brasília. Poderão morar nas 20 quadras do bairro até 40 mil pessoas. Uma das exigências do Ibama é que seja seguido o modelo de cidade-parque: o setor terá espaços com árvores nativas, ciclovias, passagens de pedestres, estacionamentos e garagens nos prédios, além de uma reserva ecológica quase do tamanho do Parque da Cidade.

A licença prévia é a primeira das três etapas do processo de legalização ambiental de uma área (veja quadro ao lado). Inicialmente o processo do novo bairro estava sob responsabilidade da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh). Em 1997, a Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap), dona do terreno, pediu a concessão do documento ao órgão ambiental local. Mas para começar o licenciamento era necessário ter o estudo e relatório de impacto ambiental da região. Durante sete anos, de 1998 a 2005, representantes do governo, ambientalistas, urbanistas, empresários e futuros moradores discutiram o nascimento do Noroeste.

Os questionamentos persistiram até junho deste ano, quando técnicos da Semarh aprovaram o estudo ambiental. Como o novo bairro ficará próximo ao Parque Nacional de Brasília, o processo segue para o Ibama. Ao avaliar a área, os técnicos perceberam que 10% do terreno está na Área de Proteção Ambiental (APA) do Plano Central. Por isso, a competência do licenciamento passou para o órgão federal. Depois de seis meses de análise, os servidores do Ibama foram favoráveis à criação do bairro desde que a Terracap siga 26 exigências.

O superintendente regional do Ibama, Francisco Palhares, ressalta que o licenciamento ambiental não pode ser considerado impedimento para a expansão urbana. "O processo ainda rápido a partir do momento em que as partes envolvidas queiram trabalhar", afirma. O analista ambiental da Semarh Dálio Ribeiro, antigo responsável pelo estudo ambiental do setor, acredita que o empreendimento só poderia ser liberado após a aprovação do Conselho de Meio Ambiente (Conam). A Terracap não quis esperar e pagou a taxa de R\$ 20 mil cobrada para receber o documento.

Parque

O Noroeste deverá ser como as superquadras do Plano Piloto. Prédios residenciais vão ter comércios locais e regionais. O número de andares e de lojas só será definido no projeto urbanístico do local, que será destinado ao público de classe alta. A oferta das projeções deve esquartelar o mercado imobiliário brasiliense.

O paisagismo terá vegetação nativa, que deverá ser mantida e

COMO SERÁ

O novo bairro terá 20 quadras residenciais e vai ocupar uma área de 825 hectares na Asa Norte. Deve abrigar até 40 mil moradores



Editoria de Arte/CB

AS ETAPAS

O processo de licenciamento ambiental envolve três fases. Confira quais são:

Licença prévia

É concedida após a análise do Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-Rima) do terreno. Atesta a viabilidade ambiental da obra e define regras para a elaboração do projeto urbanístico, que já pode ser contratado. Para o Noroeste sair do papel, o setor deverá ter até 40 mil moradores, vias de circulação de pedestres e ciclistas, áreas com vegetação nativa e o Parque Burle Marx terá que ser ampliado. O prazo de validade da licença é de cinco anos.

Licença de instalação

Permite o início de obras de infra-estrutura (água, esgoto e energia elétrica), desde que seguidas as especificações do projeto aprovado, e a venda dos lotes. A licença deve incluir medidas de controle ambiental, como preservação da vegetação nativa. O prazo de validade não poderá ser superior a seis anos.

Licença de operação

Última etapa do licenciamento. É concedida quando as obras básicas estiverem concluídas. Permite que o terreno seja habitado. As pessoas podem construir casas, comércios ou equipamentos públicos. O prazo de validade será, de no mínimo, quatro anos e, no máximo, 10 anos.

CONDÔMIOS EM DEBATE

Depois de cinco horas de debate, representantes do governo e da comunidade apresentaram ontem propostas para resolver os entraves ambientais, urbanísticos e fundiários para a regularização dos condomínios horizontais do Distrito Federal. A discussão sobre os caminhos para acelerar o processo de legalização dos 513 parcelamentos irregulares ocorreu no auditório da Câmara Legislativa. Uma das sugestões será a simplificação do licenciamento ambiental das áreas onde existem casas construídas. Até o final da semana, será encaminhado um documento ao governador eleito, José Roberto Arruda, com sugestões para a política habitacional local. O evento foi organizado pela União dos Condomínios Horizontais do DF (Unica).



O PARQUE BURLE MARX É A ANTIGA RESERVA ECOLÓGICA NORTE: INVASÃO

Idéia de Lucio Costa

O arquiteto e urbanista Lucio Costa planejou a criação do novo bairro no *Brasília Revisitada*, escrito entre 1985 e 1987, que cria soluções e dá sugestões para adequar o projeto original ao crescimento urbano. O Sudoeste também estava previsto no documento. Um dos desafios para erguer o setor residencial foi interligar as questões urbanísticas e as ambientais da área.

Próximo à cerca que divide o cerrado entre o Parque Burle

Marx, antigo Parque Ecológico Norte, existem pelo menos 11 famílias de invasores indígenas. Uma das exigências da licença ambiental será a regularização fundiária dos terrenos do Noroeste com a participação dos atuais ocupantes da área. Os governos local e federal terão que fazer um programa de assentamento dos invasores. Os prédios serão construídos em áreas já degradadas, que tiveram exploração de minerais e retirada de terra. (LM)